

## A ALCA PÓS-QUEBEC

*MARCELO DE PAIVA ABREU*

A conclusão da Terceira Cúpula das Américas em Quebec certamente despertou avaliações ambíguas nos corredores do poder em Brasília. De um lado, alívio, por ter prevalecido a posição brasileira sobre o cronograma quanto ao fim das negociações e a entrada em vigor da zona preferencial de comércio hemisférico em 2005.

O discurso do presidente Fernando Henrique foi realista, apontando as virtudes do acordo, mas também a necessidade de concessões equilibradas.

Além disso, foram mantidas as condições para que o governo Bush possa mostrar comedimento em relação a cláusulas trabalhistas e sobre meio ambiente na dura negociação que tem pela frente para extrair nova versão de fast track do Congresso americano.

Por outro lado, o alívio há de ter sido moderado pela consciência de que a controvérsia sobre a antecipação dos cronogramas de negociações e implementação da Alca, suscitada por um balão de ensaio americano, muito potencializado pelo oportunismo chileno e argentino, provavelmente não foi mais do que uma manha para tentar retirar o foco da modéstia da possível lista de concessões dos EUA.

De qualquer modo, agora o problema está colocado para a diplomacia econômica brasileira de forma definida. Trata-se de mostrar que há uma configuração de concessões recíprocas, principalmente entre Brasil e Estados Unidos, que seja passível de negociação interna.

No Brasil, em particular, esse processo está cercado de incertezas, em vista da vulnerabilidade das políticas de longo prazo às turbulências do processo político. O recente agravamento da instabilidade política interna, ao aumentar a probabilidade de vitória nas eleições presidenciais de 2002, ou da oposição coligada, ou de um candidato da situação que não tenha compromisso com a continuidade das políticas econômicas atuais, torna essa tarefa especialmente difícil.

**Bom clima** - As declarações do novo United States Trade Representative, Robert Zoellick, quando instado a comentar o discurso do presidente Fernando Henrique, foram construtivas, refletindo percepção correta das dificuldades a serem enfrentadas nas negociações, inclusive no Brasil. Refletem, também, um bom clima entre Brasília e Washington, que terá de ser preservado até 2005.

As reações brasileiras às declarações do USTR concentraram-se indevidamente na sua franca referência ao fato de que a resistência à Alca no Brasil estaria concentrada na "comunidade de negócios de São Paulo". Se há proteção substancial no Brasil, se a proteção viabiliza especialmente a produção de bens industriais, se a indústria está concentrada em São Paulo, a afirmação, longe de ser surpreendente, é quase acadiana. Também não surpreende que as indústrias beneficiadas por proteção defendam os seus interesses. Cabe ao governo assegurar a representação, mesmo que imperfeita, de interesses de mobilização mais difícil, tais como a massa de contribuintes ou de consumidores.

Tudo o que foi dito pelo USTR quanto à economia política da proteção no Brasil pode ser repetido com os devidos ajustes pelo ministro Celso Lafer, com relação à proteção nos Estados Unidos. Ao USTR naturalmente não interessa admitir que a proteção nos EUA a certos segmentos industriais como siderurgia e têxteis e, também, a diversos produtos agrícolas é simplesmente indecorosa.

Comentaristas ligados a Wall Street, que encontraram eco indevido na imprensa internacional, buscaram caracterizar Quebec como o confronto entre os EUA, campeões da liberalização, e o Brasil, campeão do protecionismo. Não é o que indicam as tarifas médias relevantes. Comentários que privilegiam o ponto de vista de economias de menor dimensão, que certamente estariam dispostas a aceitar um processo de integração hemisférica acelerado, algo aparentado à "síndrome chilena", são mais propensos a aceitar uma visão simplista do processo da Alca. A essa altura da partida, quase todo mundo tem consciência de que, se não houvesse economia política da proteção, a tarifa ótima seria nula.

**Protagonista** - O problema é que, nem os EUA estão prioritariamente interessados nos mercados dessas economias, nem as estruturas produtivas dessas economias menores seriam afetadas de forma significativa pela liberalização. Em suma, o Brasil arcaria com o grosso do custo de ajustamento pelo simples fato de que seu setor industrial é relevante.

A posição de protagonista do Brasil decorre da sua importância objetiva como alvo para as exportações dos EUA e da importância da indústria doméstica brasileira no abastecimento do mercado interno. As atuais tarifas nacionais (ou as tarifas consolidadas na OMC, dependendo do ponto de vista) correspondem a um equilíbrio dos processos de economia política da proteção.

As negociações da Alca, ao conduzirem à eliminação de tarifas em prazo determinado, beneficiarão alguns agentes privados, que terão maior acesso a mercados, e prejudicarão outros, que enfrentarão a concorrência de importações mais baratas, tanto nos mercados nacionais quanto em terceiros mercados. Cabe aos respectivos governos, em coordenação com entidades patronais, sindicatos e outros interesses organizados, orquestrar uma solução factível rumo ao livre comércio.

Como reiterado pelo governo brasileiro antes de Quebec, o ponto crucial a esclarecer é em que medida os EUA estarão dispostos a fazer concessões significativas nos estágios iniciais da implementação das reduções tarifárias. Algumas das dificuldades residem na proporção extremamente modesta do comércio dos EUA com o hemisfério fora a Nafta em relação ao comércio total americano. Isso dificulta a introdução de reformas liberalizantes em relação a diversos temas de grande interesse do Brasil como, por exemplo, a extinção de subsídios agrícolas.

Seria difícil para os EUA assumirem compromissos quanto ao desmantelamento de tais programas, sem propiciarem uma carona indevida a produtores agrícolas não-hemisféricos que concorrem com os EUA. Mais factível, por permitir tratamento discriminatório, seriam concessões americanas quanto à inclusão de produtos hemisféricos nos procedimentos existentes relativos a antidumping e salvaguardas. De outra forma, a eliminação de tarifas poderia não significar efetivo acesso ao mercado dos EUA e tornar inviável um balanço aceitável de concessões recíprocas.

---

Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.